

## Alcântara-Maranhão: de Tapuitapera à Base Espacial<sup>1</sup>

### Alcântara-Maranhão: from Tapuitapera to the Space Base

### Alcântara-Maranhão: de Tapuitapera la Base Espacial

*Grete Pflueger. Doutora em Urbanismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (PROURB-UFRJ) e professora do curso de Arquitetura e Urbanismo e do Programa de Pós-Graduação e, Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão (Uema), São Luís, MA, Brasil.*

*E-mail: gretepfl@gmail.com*

#### Resumo

Antiga aldeia Tapuitapera e segunda cidade em importância histórica do estado do Maranhão, depois da capital São Luís, Alcântara foi a sede da aristocracia rural agroexportadora de algodão no século XVIII, período do apogeu social e econômico. Após a abolição dos escravos e com a mudança dos mercados de algodão, Alcântara entrou em colapso e passou o século XX como uma cidade morta. Desde seu tombamento em 1948, a cidade de Alcântara foi objeto de vários planos e diagnósticos. Consultores da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco) e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) apontavam a fragilidade do tecido urbano em ruínas com a desconexão da cidade das redes regionais e globais e indicavam que a preservação da cidade histórica estava intrinsecamente ligada à recuperação de sua economia e da vitalidade social perdidas

---

<sup>1</sup> Pesquisa realizada na Universidade Estadual do Maranhão com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (Fapema), com reflexões posteriores à tese de doutorado defendida em 2011 no Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Prourb-UFRJ) sob a orientação de Rachel Coutinho Marques da Silva.

no seu longo processo de decadência econômico-social e urbana sofrida desde o final do século XIX. Após o tombamento, em 1950 houve a implantação de um presídio na cidade, e o isolamento gerado pela exclusão e pelos problemas decorrentes da decadência e obsolescência econômica a levaram quase à morte. Resiliente, ela resistiu e foi reconectada à rede global de forma brusca com a implantação do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) em 1980. Tal empreendimento significou para essa comunidade um desafio e uma oportunidade. Oportunidade de conexão da cidade à rede global e desafio do enfrentamento entre o local e o global, entre o urbano e o rural, com a comunidade despreparada tecnicamente para se inserir no projeto e nos desafios da era espacial.

**Palavras-chave:** Alcântara; Ruínas; Cidade resiliente.

### Abstract

Old village Tapuitapera and the second city in historical importance of the State of Maranhão, after the capital São Luís. Alcântara was the seat of the rural aristocracy agro-export of cotton. After the abolition of slaves and the change of cotton markets, the city collapsed and the 20th century became a dead city. Since its overthrow in 1948, the city of Alcântara has been the subject of several plans and diagnoses, Unesco and Iphan consultants pointed to the fragility of the ruined urban fabric with the disconnection of the city from regional and global networks and indicated that the preservation of the historic city was intrinsically linked to the recovery of its economy and social vitality lost in its long process of economic-social and urban decadence suffered since the late nineteenth century. After the tipping, in 1950 a prison in the city was implanted, the isolation generated by the exclusion and the problems due to the economic decadence and obsolescence almost took to the death, resilient and resistant it resisted and the global network was reconnected abruptly with the implementation of the Center of Alcântara (CLA) in 1980. Such an undertaking meant for this community a challenge and an opportunity. Opportunity to connect the city in the global network and challenge the confrontation between local and global, between urban and rural, with the community unprepared technically to fit into the project and the challenges of the space age.

**Keywords:** Alcântara; Ruins; Resilient city.

### Resumen

Antigua aldea Tapuitapera, y segunda ciudad en importancia histórica del Estado de Maranhão, después de la capital São Luís. Alcântara fue la sede de la aristocracia rural agroexportadora de algodón. En el siglo XVIII, período del apogeo social y económico, tras la abolición de los esclavos y con el cambio de los mercados de algodón, la ciudad entró en colapso y pasó el siglo XX como una ciudad muerta. De su tumbado en 1948 la ciudad de Alcântara fue objeto de varios planes y diagnósticos, consultores de la Unesco y del Iphan apuntaban a la fragilidad del tejido urbano en ruinas con la desconexión de la ciudad de las redes regionales y globales e indicaban que la preservación de la ciudad histórica estaba intrínsecamente ligada a la recuperación de su economía y vitalidad social perdidas largo proceso de decadencia económico-social y urbana sufridos desde el final del siglo XIX. Después del tumbado, en 1950 hubo la

implantación de un presidio en la ciudad, el aislamiento generado por la exclusión y los problemas derivados de la decadencia y obsolescencia económica la llevaron casi a la muerte, resiliente y resistente ella resistió y fue reconectada la red global de forma brusca con la implantación del Centro de Lanzamiento de Alcântara (CLA) en 1980. Tal emprendimiento significó para esta comunidad un desafío y una oportunidad. Oportunidad de conexión de la ciudad en la red global y desafío del enfrentamiento entre lo local y lo global, entre lo urbano y lo rural, con la comunidad despreparada técnicamente para insertarse en el proyecto y los desafíos de la era espacial.

**Palabras clave:** Alcântara; Ruinas; Cidade resiliente.

## INTRODUÇÃO

Calvino (2002), em seu livro *As cidades invisíveis*, alerta que a cidade não conta seu passado, ela o contém escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas. Ela é feita das relações entre as medidas de seu espaço e os acontecimentos do passado. Nessa perspectiva, Alcântara foi diferentes cidades em sua trajetória de 370 anos. Em sua origem, foi uma populosa aldeia tupinambá denominada “Tapuitapera”, ponto de passagem de navegadores europeus, que foi elevada à categoria de vila religiosa de Santo Antônio de Alcântara em 1648, pelos portugueses e transformada em distrito e sede da aristocracia rural agroexportadora de algodão em 1754. Alcântara só foi elevada à condição de cidade em 1836, embora já desfrutasse de importância no estado e logo entrou em processo de decadência econômica e social no final do século XIX, com a mudança dos mercados de algodão e a abolição dos escravos.

Por causa da fragilidade do seu tecido urbano e social e da letargia econômica no início do século XX, a cidade foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em 1948, ação que tinha o ímpeto de proteger o conjunto urbano em ruínas. No entanto, logo em seguida, o governo estadual decidiu implantar, na praça principal da cidade, o presídio de segurança máxima entre 1950 e 1965, isolando e excluindo a cidade do turismo e dos investimentos estaduais. As esperanças econômicas só renasceram diante da implantação, em 1980, do Centro de Lançamentos de Alcântara (CLA), que a transformou numa cidade espacial. O local e o global se confrontaram na perspectiva de uma nova dinâmica socioeconômica. Hoje, em 2018, que cidade é Alcântara? Que desafios enfrenta a cidade para sua preservação e sobrevivência na era da globalização?

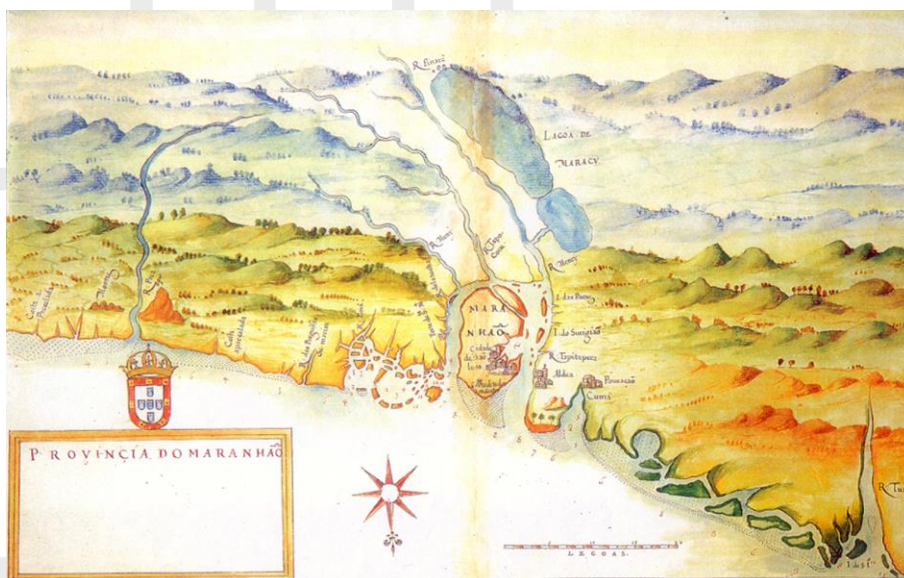


Figura 1: Mapa do Maranhão e da aldeia Tapuitapera em 1631, de João Teixeira Albernaz. Fonte: Mapoteca do Itamaraty – Rio de Janeiro.

## ALDEIA TUPINAMBÁ – TAPUITAPERA

A história social, econômica e política de Alcântara foi contada pelos autores maranhenses Viveiros (1999), Lopes (1957) e Lima (1998). No início, era Tapuitapera, a aldeia dos índios tapuios que exerceu importante papel na conquista do Maranhão nos primórdios da colonização. A aldeia Tapuitapera foi um ponto de passagem dos conquistadores franceses na fundação da capital São Luís em 1612, no âmbito do transitório sonho da “França equinocial”, disputada pelos holandeses entre 1640 e 1646, período em que invadiram a capital, e pelos portugueses que tomaram a cidade em 1618.

Por sua localização estratégica, guardando a Baía de São Marcos no lado oposto a São Luís, a vila religiosa foi fundada pelos portugueses em 1648, com a denominação de Vila de Santo Antônio de Alcântara, sede da capitania de Cumã. E foi implantada num promontório, onde a Coroa portuguesa instalou, na praça principal, o pelourinho e a Câmara Municipal, símbolos da monarquia real.

O traçado da vila se articulou a partir da tríade religiosa de conventos e igrejas dos carmelitas e mercedários e da matriz dedicada a São Mathias ao lado pelourinho na praça principal. A transição do século XVII para o XVIII é marcada pela presença dos agentes da formação histórica: as ordens religiosas, os índios e a Coroa portuguesa, concretizando as disputas pela ocupação do território. A vila eleita em 1648 segue até 1700 sem grandes transformações, com sua pequena estrutura em torno das edificações religiosas.

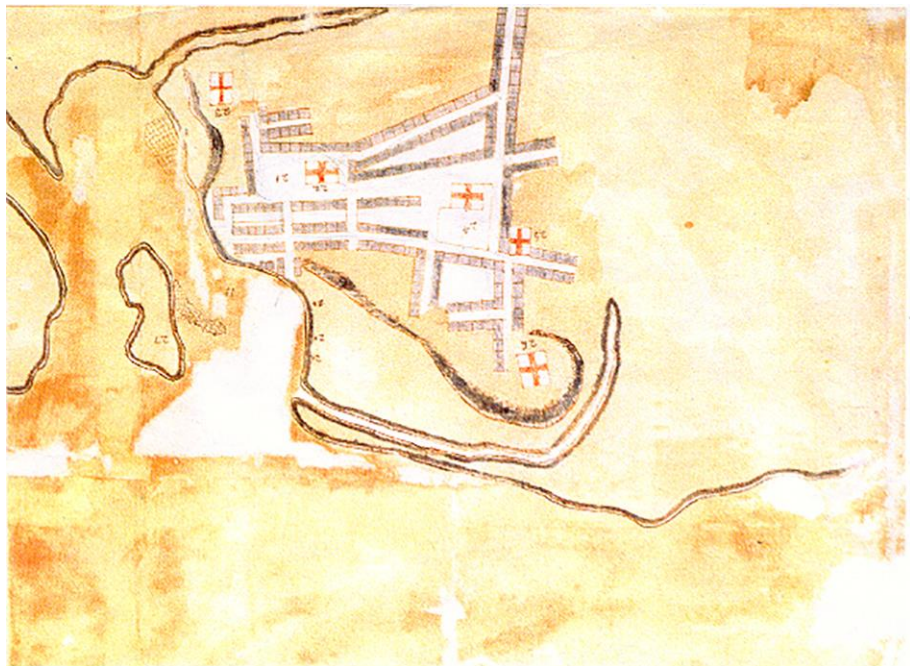


Figura 2: Planta da Vila de Alcântara – 1755.

Fonte: Reis (2000, p. 144).

## **A SEDE DA ARISTOCRACIA RURAL AGROEXPORTADORA**

O apogeu econômico e social foi no século XVIII, quando a vila era a sede da aristocracia, momento da ascensão da aristocracia rural agroexportadora do algodão impulsionada pela Cia. Grão-Pará-Maranhão, fundada pelo Marquês de Pombal em 1755. Pombal influenciaria também no modelo urbano e arquitetônico adotado, denominado de “alçado pombalino”, que foi um padrão arquitetônico estabelecido na reconstrução de Lisboa após o terremoto de 1755.

O esforço dessa reconstrução significou um marco de mudança no planejamento urbano da colônia, com profundas influências no traçado e na arquitetura das vilas e cidades do Brasil do século XVIII. Esse planejamento urbano pode ser observado no mapa de 1755 (Figura 2), em que se percebe a transformação da aldeia indígena e religiosa na vila estruturada com seus eixos de crescimento. Ruas e quadras configuram um novo traçado urbano. Na metade do século XIX, de acordo com Viveiros (1992), trabalhavam, na freguesia principal e em outras do município de Alcântara, oito mil escravos, e moviam-se 15 engenhos de açúcar, 120 fazendas de lavoura de mandioca, arroz, fumo, algodão e outros gêneros e umas 40 fazendas de gado. Até meados de 1880, a cidade era próspera. Com a abolição dos escravos e a mudança dos mercados produtores e exportadores no final século XIX, a cidade entrou em declínio. A elite se transfere para a capital, São Luís, abandonando seus engenhos e suas fazendas.

## **A CIDADE EM RUÍNAS – A DECADÊNCIA ECONÔMICA**

Vários fatores históricos contribuíram para o início da decadência de Alcântara. Durante a primeira metade do século XX, a cidade permaneceu em estado de letargia. Não existiram projetos para alavancar economia rural e urbana, e, por causa dessa situação de abandono e isolamento, houve a decisão política de implantar o presídio público do estado em 1950, fatores que agravaram a estagnação socioeconômica que tantos reflexos trazia para o tecido urbano. Seus edifícios sofreram um processo de arruinamento decorrente não somente do abandono, como também do vandalismo da população empobrecida que usava as pedras para construção de ruas e baldrames de casas. Alcântara também foi excluída do ímpeto industrial (1890-1960) do estado do Maranhão, e não chegaram novos investimentos nem novas perspectivas econômicas ao município.

Os entraves citados por Gaioso (1970), como falta de braços, de técnicas alternativas para a produção e de terras e investimentos – o que foi responsável pela decadência da lavoura no estado do Maranhão – são percebidos no processo de decadência econômica e social de Alcântara, uma vez que a aristocracia rural não se preparou no período da prosperidade para as dificuldades, e a sociedade rural estava centrada na monocultura despreparada para diversificação. A elite ficou ainda absorvida em disputas políticas partidárias e não formou sua população para a prática rural. Posteriormente, a industrialização não atingiu essa região, e a falta de imigrantes na região, por causa do clima quente e do isolamento, desestimulou as novas colônias, configurando novos entraves ao desenvolvimento da região.



Figura 3: Ruínas da igreja da matriz, Alcântara.  
Fonte: Foto de Márcio Vasconcelos.

## CIDADE MONUMENTO E CIDADE PRESÍDIO

Diante desse quadro de fragilidade e vulnerabilidade do patrimônio construído de Alcântara, em 1948, o Iphan decide tombar o conjunto histórico da cidade. No entanto, as políticas públicas estaduais e federais não contribuíram para o incremento imediato econômico da cidade nem para a reversão do estado de conservação dos imóveis. A primeira metade do século XX consolida o total arruinamento da cidade de Alcântara. Diante das ideias de modernização e progresso da capital, que implicavam a tentativa de higienização do espaço urbano, o governador do estado Sebastião Archer da Silva, por meio da Lei n. 61, de março de 1948, autorizou a transferência da penitenciária estadual do Maranhão de São Luís para Alcântara. O governo tinha como meta implantar um projeto agrícola para o trabalho dos detentos, cujo objetivo era que os presidiários considerados adaptáveis ao convívio social pudessem abastecer as cidades de São Luís e Alcântara com a produção de alimentos. Contudo, o projeto agrícola não funcionou a contento.

A implantação do presídio estadual de segurança máxima na antiga Casa de Câmara e Cadeia, símbolo da cidade colonial, foi para Alcântara um golpe de misericórdia. Essa decisão eliminou qualquer possibilidade de revitalização da cidade, que poderia acontecer após o tombamento em 1948. A cidade ficou definitivamente refém de suas ruínas e torna-se uma cidade presídio por 15 anos. Entre 1959 e 1960, o Iphan deslocou para Alcântara os arquitetos Pedro Alcântara e Dora Alcântara, que passaram a morar na cidade, com o propósito de elaborar um plano de recuperação para o município que foi publicado em 1970. Esses arquitetos, que já tinham em comum com a cidade o sobrenome, foram

pesquisadores e defensores do patrimônio histórico de Alcântara e São Luís. Eles moraram em Alcântara e participaram ativamente do processo de inscrição de São Luís na lista de patrimônio da humanidade da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Como estratégia do plano, ressaltavam a necessidade de integrar um planejamento setorial do tipo “preservação de bens culturais” ao esforço do desenvolvimento global de um estado marginalizado como o Maranhão. O plano de Alcântara apresentado ao então governador Matos Carvalho objetivava transformar a cidade de Alcântara num centro de cultura e lazer, dinamizando o acervo histórico, estimulando o artesanato e criando serviços necessários de infraestrutura para o turismo.



MARANHÃO—ALCANRARA—INTENDENCIA--I hot. amador J. Faria

Figura 4: Intendência: presidio de Alcântara.

Fonte: Revista do Norte, de 1905, acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite (BPBL), em São Luís, no Maranhão.

Em 1970, o tecido urbano resiliente cedia ao abandono e arruinamento, diminuindo o tecido urbano da cidade. Alcântara possui uma especificidade em seu centro histórico que é o número expressivo de ruínas. Essas ruínas são fragmentos do apogeu do passado que contam a história da cidade. Em *Teoria do restauro*, Cesare Brandi (2004) ressalta que a ruína não se define por uma mera realidade empírica, mas como algo que deve ser pensado de modo simultâneo sob o ângulo da história e da conservação, na sua consistência presente, no seu passado e no futuro, para o qual deve ser assegurada como vestígio ou testemunho da obra humana. Para Brandi (2004), do ponto de vista histórico, a ruína deve permanecer como está, todo trabalho de reconstrução, portanto, deve ser excluído *a priori*, admitindo-se apenas a “anastilose”, ou seja, a recomposição de partes existentes, mas desmembradas. Os elementos de integração deverão



ser sempre reconhecíveis e reduzir-se ao mínimo necessário, para assegurar as condições de conservação do monumento e restabelecer a continuidade de suas formas. A conservação urbana de Alcântara, em face do abandono, ficou prejudicada, e a própria comunidade, empobrecida, num processo de antropofagismo, foi comendo as pedras das ruínas para transformar em baldrames, calcamentos, ruas e estruturas, comprometendo ainda mais a integridade do tecido urbano.

## TRANSFORMAÇÕES URBANAS



Figura 5: Mapa cadastral do plano de Pedro Alcântara, 1970. Mimeografado.  
Fonte: Acervo particular.



Figura 6: Alcântara.  
Fonte: Google Maps.



*Figura 7: Desenho sobre o mapa-base de prefeitura de 2000. Com indicação da tríade original e ruas.*

*Fonte: Elaborada pela autora.*

## **A CIDADE ESPACIAL – CLA**

A instalação do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) foi feita por meio de decreto do governo estadual (n. 7.820, de 12 de setembro de 1980) e foi um dos fatores responsáveis pela transformação econômica e territorial do município, por causa da desapropriação em 1980 de uma área de 52 mil hectares, equivalente à metade da base territorial de Alcântara. Havia na época uma expectativa muito grande de que esse empreendimento alavancaria a economia da cidade, gerando empregos e renda. O CLA, na verdade uma base militar espacial, foi construído com instalações administrativas, residenciais e militares, ocupando uma parte do litoral do município, onde muitos povoados de pescadores e comunidades negras se localizavam. Esse processo levou ao deslocamento compulsório (FERNANDES, 1998) de mais de duas mil famílias de povoados localizados à beira-mar para agrovilas no interior do município, gerando desagregação social e econômica. Essa transformação modificou as formas de sobrevivência do município, incentivando o êxodo rural e atraindo para a sede do município muitos trabalhadores de outras regiões, o que deu início ao processo de inchamento das periferias do centro histórico decorrente da favelização e ocupação desordenada das encostas e dos mangues com ocupação irregular das áreas e sítios arqueológicos. No auge da obra do CLA, em 1980, cinco mil peões trabalharam na construção da infraestrutura das plataformas de lançamentos e das vilas militares. Nesse período, o Iphan alertou sobre a necessidade da construção de uma avenida, chamada de anel de contorno, para desviar o fluxo de transportes pesados e caminhões do centro para a periferia, pois o movimento de cargas era intenso. O objetivo de proteger as ruas históricas foi alcançado, mas a avenida acabou incentivando a ocupação periférica, dando origem a uma ocupação irregular chamada de Anel do Contorno, composta de trabalhadores rurais oriundos das áreas desapropriadas. Hoje, 38 anos depois, essa ocupação irregular está consolidada nas encostas da cidade histórica. A municipalidade, o estado e o Patrimônio Nacional, incapazes de enfrentar tamanho desafio e preocupados com a gravidade do processo de Alcântara, solicitaram apoio ao Ministério da Cultura, que criou em 1980 o GT-Alcântara, grupo de trabalho para um diagnóstico da situação da cidade em face das externalidades. Um dos objetivos do grupo de trabalho (GT) foi proceder a uma revisão do processo de tombamento e propor um plano estratégico para o município. Naquele momento, diversos relatórios foram produzidos após as reuniões técnicas. Poucas conquistas concretas, no entanto, foram alcançadas diante do volume do empreendimento do Centro de Lançamento e muitos problemas se concretizaram na cidade, sem suporte para enfrentar tamanha transformação.

O fato é que a cidade não estava preparada para esse empreendimento, a fragilidade da estrutura local se confrontou com um empreendimento global e com a nova dinâmica que surgia no mundo da globalização e das redes globais.

## DO LOCAL AO GLOBAL

Nas décadas de 1970 e 1980, algumas tentativas foram empreendidas para recuperar a economia da cidade, apoiadas na crença de que o crescimento econômico do estado, sobretudo da capital, incluiria Alcântara nas áreas beneficiadas. Além dos efeitos indiretos, o incentivo ao turismo seria a alternativa viável. No entanto, não foram feitos os investimentos necessários à melhoria da infraestrutura física, indispensáveis à dinamização da cidade. Depois do fracasso das tentativas, a situação geral foi agravada pela desapropriação do território do município. Havia no ar a expectativa de que a implantação da base de foguetes alavancaria a economia alcantarenses, transferindo para a comunidade os benefícios do projeto. Assim, renasceram as esperanças da recuperação econômica do município. Havia, no entanto, uma contradição com a realidade local, pois a comunidade estava despreparada para participar de tal empreendimento, e a demanda específica do Centro de Lançamento excluiu os alcantarenses e a cidade de Alcântara dos benefícios do centro. Como era previsível, pois a vila militar criou uma estrutura independente da cidade histórica.

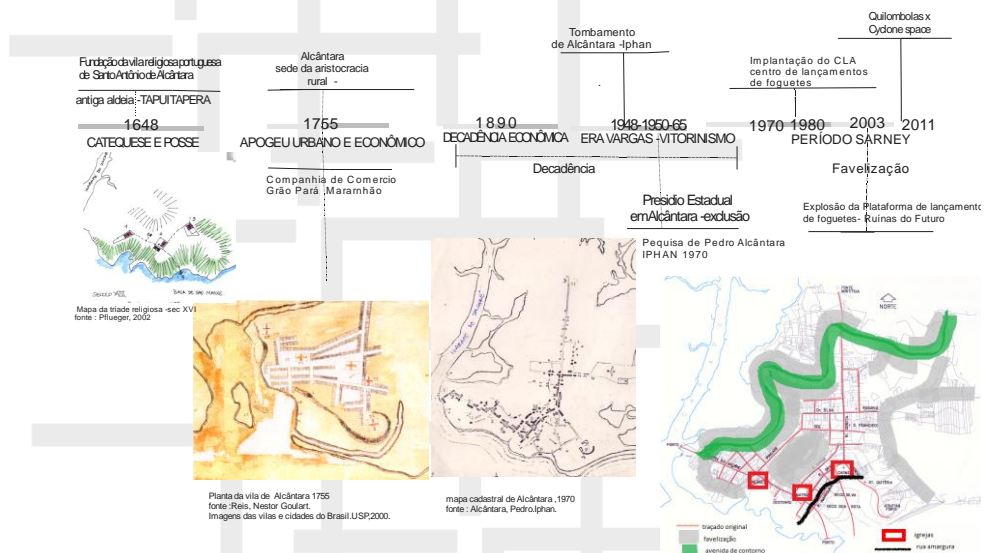


Figura 8: Linha do tempo do desenvolvimento urbano de Alcântara.  
Fonte: Elaborada pela autora.

Atualmente, a municipalidade enfrenta dificuldades na preservação da cidade, pois possui poucos recursos e o governo do estado realiza poucas ações no município. No âmbito federal, houve algumas ações da 3ª Superintendência Regional do Iphan, como a implantação de um escritório técnico na cidade, e iniciativas positivas na preservação da cidade, além de obras de recuperação de imóveis coloniais, fontes, igrejas e estabilização de ruínas. Destacamos ainda ações relevantes no contexto da mitigação dos impactos na área da educação com a implantação de um núcleo do Instituto Federal do Maranhão (Ifma) para formação de mão de obra técnica para o turismo e a cultura; mesmo com muita evasão e dificuldade de professores, essa ação se configura em uma nova oportunidade para o município. Mas os desafios de Alcântara são maiores e extrapolam as ações

pontuais federais na busca do dinamismo para cidade e na integração das comunidades rurais diante das novas perspectivas globais do centro de lançamento de desapropriações de terras, assim como na busca de uma nova perspectiva econômica para geração de renda e emprego na cidade histórica. Somente um esforço articulado entre os níveis municipal, estadual e federal, compreendendo a complexidade do processo social e econômico, poderia alavancar projetos e políticas públicas para dinamizar a cidade.

## CONCLUSÕES

De fato, o que se apreende no caso de Alcântara é que as ruínas configuram o tempo passado, o presente e o futuro da cidade. A cidade histórica abandonada, em sua decadência econômica, cultural e social, observa a cidade no presente com um empreendimento global e hoje convive com a dura realidade das ruínas da plataforma incendiada e com todo o investimento da vila militar abandonado. O projeto do CLA não foi utilizado como o planejado, não interagiu com o núcleo histórico e rural como esperado e nem gerou os lucros pretendidos; hoje, parte dele encontra-se obsoleto. A desapropriação das terras e os efeitos provocados pelo modelo de implantação de agrovilas numa comunidade de pescadores levaram os moradores a abandonar as vilas e migrar para São Luís ou ocupar o entorno da cidade histórica, gerando desagregação social e urbana. A expectativa da cidade em renascer no século XXI com o CLA foi frustrada, e ainda os altos custos sociais são observados: pobreza extrema, baixos indicadores, violência e falta de perspectivas de trabalho.

Após o fracasso dos lançamentos dos foguetes durante toda a década de 1990, agravado pelo acidente que vitimou 21 cientistas em 2003, houve um abandono do projeto. Em 2011, uma nova perspectiva de ampliação do CLA em acordo internacional com a Ucrânia não avançou, e agora, em 2018, há uma negociação com o governo norte-americano para a utilização do espaço aéreo que poderá se configurar em uma nova oportunidade, o que dependerá das negociações e das ações voltadas a melhorias na cidade. Podemos, finalmente, avaliar que, ao longo desses anos, a cidade não avançou e continuou com baixos indicadores – índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,573, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010) –, não houve absorção de mão de obra local, nem a economia local foi dinamizada. O município de Alcântara possui 22 mil habitantes, divididos entre a sede ou cidade histórica, com sete mil habitantes e 15 mil nas comunidades rurais, quilombolas e pequenas vilas de pescadores. Resistiu e demonstrou resiliência preservando sua cultura em manifestações cultivadas pela comunidade, como a festa do Divino Espírito Santo em maio e a festa de São Benedito em agosto. A primeira representa o simbolismo colonial da Corte portuguesa, e a segunda, o sincretismo religioso da Igreja Católica, com a festa de tambor de crioulas das comunidades quilombolas. Trata-se dos momentos em que a cidade recebe visitantes, e as comunidades rurais interagem com a sede e comemoram.

Como perspectiva econômica para a cidade, os relatórios realizados (BURNETT; MUNIZ, 2009) apontam o turismo com estratégia, mas os resultados não são satisfatórios. Há dificuldades de acesso e infraestrutura: pequena rede hoteleira

e travessia feita de barco e de *ferry boat* ou longo acesso por estradas que prejudicam o processo. Há também, no estado do Maranhão, uma mudança no interesse do turismo cultural para o turismo ambiental, com o incremento das estradas de acesso aos lençóis maranhenses, área de grande atração para o turismo nacional e internacional.

Dessa forma, Alcântara, que foi a várias cidades em diferentes temporalidades, permanece, em seu desafio local, nacional e global, resistindo aos ciclos de apogeu e decadência, desde a grande aldeia tupinambá Tapuitapera, ponto de passagem dos navegadores europeus, passando pela condição de vila religiosa portuguesa e sede da aristocracia rural agroexportadora do algodão, até a cidade presídio e cidade espacial, resistindo à sua morte e exclusão e tentando reinventar sua inclusão como um novo lugar turístico e cultural no cenário do estado do Maranhão.

## REFERÊNCIAS

- BRANDI, C. *Teoria do restauro*. Cotia: Ateliê Editorial, 2004.
- BURNETT, F. L.; MUNIZ, J. C. C. *Relatório de diagnóstico local: plano de ação para cidades históricas: Alcântara e Maranhão*. São Luís: Superintendência do Patrimônio Cultural, Prefeitura Municipal de Alcântara, 2009.
- CALVINO, I. *As cidades invisíveis*. São Paulo. Companhia das Letras, 2002.
- CHAGAS, J. *Alcântara: negociação do azul ou a castração dos anjos*. São Luís: Edições AML, Sioge, 1994.
- CUNHA, G. *Maranhão 1908: álbum de fotografia*. Rio de Janeiro: Spala, 1987.
- FERNANDES, C. A. Deslocamento compulsório de trabalhadores rurais: o caso do Centro de Lançamento de Alcântara – Maranhão. Mestrado em Políticas Públicas/UFMA, *Cadernos de Pesquisa*, v.2, 1997.
- GAIOSO, R. J. de S. *Compêndio histórico-político dos princípios da lavoura do Maranhão*. Rio de Janeiro: Livros do Mundo Inteiro, 1970. (Coleção São Luís, 1).
- LIMA, C. *Vida, paixão e morte da cidade de Alcântara-Maranhão*. São Luís: Secma, 1998.
- LOPES, A. *Alcântara: subsídios para a história da cidade*. [S. l]: MEC, 1957.
- PEREIRA JUNIOR, D. *Quilombolas de Alcântara: território e conflito: intrusamentos do território das comunidades quilombolas de Alcântara pela empresa binacional Alcântara Cyclone Space*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.
- PONTUAL, V.; CARNEIRO, A. R. S. (Org.). *História da paisagem ensaios urbanísticos do Recife e São Luís*. Recife: Bagaço, 2005.

- PFLUEGER, G. S. *De Tapuitapera a Villa d'Alcântara: estudo da composição urbana e arquitetônica*. 2002. 189 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.
- PFLUEGER, G. S. *Redes e ruínas*. 2011. Tese (Doutorado em Urbanismo) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.
- REIS, N. G. *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*. São Paulo: Edusp, 2000.
- TRIBUZI, B. *Formação econômica do Maranhão: uma proposta de desenvolvimento*. São Luís: Fipes, 1981.
- VIVEIROS, J. de. *História do comércio do Maranhão: 1612-1895*. São Luís: Lithograf, 1992. 2 v. Reedição fac-similar da Associação Comercial do Maranhão.
- VIVEIROS, J. de. *Alcântara no seu passado econômico, social e político*. São Luís: Alumar, 1999.